

Agência humana e estrutura a partir da Teoria da Estruturação¹

Human agency and structure over Structuration's Theory

Flavia Galindo²
flaviagalindo@uol.com.br

Resumo

As permanentes transformações da vida social demandam reflexões que contemplem as ações individuais contextualizadas e transformadoras da realidade coletiva. A teoria da estruturação pondera sobre a ação individual e o curso da ação coletiva, tentando romper com as perspectivas sub e hipersocializadas do homem. Em sua formulação, a vida ordinária tem especial importância como o tecido vital para a vida social, tornando essa perspectiva teórica especialmente importante para (re)pensar a práxis social com a proposição de novos conceitos para agência e estrutura. Assim, veremos que a Teoria da Estruturação debate os limites e as possibilidades da agência como forma de lidar com fenômenos externos aos indivíduos no campo das relações humanas. Na Teoria da Estruturação, a agência está ancorada em três possibilidades que dizem respeito à estrutura, aos sistemas e às formas de estruturação, que a coloca contextualizada e passível de operacionalização em dados empíricos.

Palavras-chave: *agência, estrutura, Teoria da Estruturação.*

Abstract

Permanent changes of social life require reflections that address the contextualized individual actions and collective transformative reality. The theory of structuring ponders individual action and the course of collective action, trying to break the socialized sub and hyper prospects of the man. In its conception, ordinary life has a special importance as the vital fabric on social's life, making it especially important for (re)thinking social praxis with the proposition of new concepts for agency and structure. Thus, we see that the theory of structuring debates the limits and possibilities of the agency as a way of dealing with external phenomena to individuals in the field of human relations. In the Theory of Structure, the agency is linked with three possibilities concerning the structure, systems and structurizing ways, which places it in a contextualized way, showing the possibilities of being operationalized in empirical data.

Keywords: *agency, structure, Theory of Structuration.*

Fundamentos da Teoria da Estruturação

Existem tentativas em curso no Reino Unido e nos países nórdicos que vêm "dando alguns exemplos da qualidade heurística da teoria da estruturação formulada originalmente por Giddens para a pesquisa empírica" (Oosterveer et al., 2010, p. 20). Nas Ciências Sociais, a teoria da estruturação pode contribuir para a análise de fenômenos do consumo e das práticas que definem a modernidade reflexiva. A ação como unidade metodológica recai em paradigmas indi-

¹ Gostaria de agradecer aos estímulos de Fátima Portilho e de Claudia Job Schmitt, docentes do CPDA/UFRRJ, que contribuíram para a publicação deste trabalho.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rodovia BR 465, Km 7, Campus Universitário, 23851-970, Seropédica, RJ, Brasil.

vidualistas ou sistêmicos que nem sempre se mostram úteis em fenômenos complexos e culturais.

Ato contínuo, é possível aceitar a ausência de consenso como uma característica das ciências sociais. Se há dificuldades em estabelecer aqueles que seriam os problemas sociológicos mais elementares e merecedores de atenção da comunidade científica, então é possível compreender as dificuldades que existem para o esboço de uma teoria unificada (Giddens e Turner, 1999). O dissenso entre análises e postulados não chega a ser algo preocupante, pois apresenta, como ponto positivo, a contraposição a uma única possibilidade dogmática e totalizante de pensamento (Giddens e Turner, 1999). Abandona-se, portanto, a pretensão mais ortodoxa que entende que "teorias" devem ser elaboradas para a geração de leis, tal qual a filosofia lógico-empirista da ciência natural. Tal posicionamento se baseia em duas proposições: (i) explicações sobre os "porquês" nas ciências sociais estão associadas ao contexto e nem todas as respostas devem se basear em generalizações; e (ii) ainda que se descubram generalizações, elas não seriam totalizantes, ou o objetivo maior de uma teoria social, como pretendem os estruturalistas ou pós-estruturalistas. Assim, afirma-se de forma um tanto categórica, que

não existem leis universais nas ciências sociais, nem haverá nenhuma – não, antes de tudo, porque os métodos de verificação empírica sejam um tanto inadequados, mas porque, como já assinalei, as condições causais envolvidas em generalizações sobre a conduta social humana são inerentemente estáveis em relação ao próprio conhecimento (ou crenças) que os atores têm sobre as circunstâncias de sua própria ação (Giddens, 2009, p. XXVI).

As interações humanas e cotidianas são extremamente importantes. Está no cerne de todas as ciências sociais "o modo como a interação deve ser conceituada e sua relação com as instituições; e com a apreensão das conotações práticas da análise social" (Giddens, 2009, p. XIV). Problematizar a natureza da ação é operar com noções impregnadas de articulações subjetivas e objetivas, que tentam dar conta do par indivíduo/instituições (Giddens e Turner, 1999). E, geralmente, teorias e pesquisas que pretendem investigar a ação social deixam à margem a historicidade de ações coletivas, tanto os processos herdados durante o curso das mesmas, como, também, o que delas resultou para os grupos sociais. As definições da ação social ainda estão imbricadas em explicações que apontam a estrutura como variável causal ou nas situações que congregam a própria atividade, minimizando as práticas que ensejam a vida social (Cohen, 1999).

A teoria da estruturação tem como mérito promover a junção entre ação e coletividade. Ao considerar como possibilidades reais o fato de que algumas coletividades possuem características próprias, e que algumas configurações específicas dependem diretamente as transações que a modelam, estas duas possibilidades apontam que não é mais possível priorizar, desde o início, a ação social ou a estrutura, quando ambas estão correlacionadas na história humana. Ainda que se faça esse reconhecimento, unir ação e coletividade não é empreendimento dos mais fáceis, e, assim, os adeptos vão optando entre um e outro (Cohen, 1999).

A teoria da estruturação ressalta mais as questões ontológicas da teoria social do que as questões epistemológicas. Mais do que o "saber", evoca-se o homem e o fazer humano, bem como a sua "reprodução social e transformação social" (Giddens, 2009, p. XVII). É um esforço para a criação de algo que não está preso à noção de uma sociedade que predomina sobre o indivíduo (objetivismo) e nem à noção subjetivista que inverte tal lógica.

A gênese da Teoria da Estruturação, doravante denominada como TE, reside na compreensão da separação conceitual entre dois grupos de pensamentos: o funcionalismo e o estruturalismo³, de um lado, e a hermenêutica e as várias formas de sociologias interpretativas⁴, de outro. A TE entende que as disparidades entre essas visões não são apenas epistemológicas, mas, também, ontológicas. Trata-se de uma teoria ambiciosa que redefine alguns conceitos relevantes como "ação", "significado", "subjetividade", e aqueles que se relacionam com "estrutura" e "coerção".

Entende-se que a produção e a reprodução social se dão a partir dos seus agentes, o que denota real capacidade para que os próprios atores possam desenhar as suas circunstâncias históricas. As práticas sociais são constituídas pela capacidade de negociação e pela conversação, empreendendo que a conduta humana tenha o poder de modificar o curso dos acontecimentos e o estado das coisas sociais. Contudo, aceitam-se que coações sociais e materiais possam existir e que o indivíduo também esteja na esteira dos acontecimentos que ele não consegue modificar; portanto, a TE integra em sua formulação que as opções humanas para o livre exercício da ação não são livres e infinitas, mas sim limitadas a um conjunto específico. A TE não faz uma escolha entre determinismo e liberdade, pois nenhuma dessas possibilidades existem radicalizadas na vida concreta. Destaca-se a contínua alternância entre facilidades e coações na ação prática, mantendo e abarcando que tais polaridades devam ser consideradas em quaisquer análises.

As atividades sociais humanas são recursivas por serem reproduzidas pelos atores sociais por meio dos contextos em que se

³ O funcionalismo (a partir de Comte) e o estruturalismo (a partir de Levi-Strauss) apresentam divergências, mas Giddens parte das similaridades para pensar a TE. Para ele, ambos priorizam a estrutura sobre a ação; separa sujeito e objeto social, atribuindo mais valor ao objeto, e o todo social é maior do que os indivíduos.

⁴ A hermenêutica, que se articula na subjetividade e no "humanismo" que foi bem antagonizado pelos estruturalistas, pensa um mundo material orientado por relações impessoais. Junto com as sociologias interpretativas, apresentam como pontos em comum o fato de atribuírem relevância ao ator constituinte, pouco discutirem a coerção, pouco evidenciam possibilidades estruturais, utilizando a ação para explicar a conduta humana.

comunicam na condição de atores, tornando possível essa condição. Isso quer dizer que a cognoscitividade humana é reflexiva, quando a ação se torna repetitiva através do tempo e do espaço. O conceito de reflexividade⁵ na TE está associado a um fluxo contínuo, e não a uma capacidade de "consciência" do ator.

A TE utiliza os avanços das "sociologias interpretativas" para pensar a cognoscitividade humana, que está descolada dos "roteiros codificados" que se apresentam na natureza. Para a TE, descrever as atividades humanas demanda uma aproximação com as experiências e modos de vida revelados por tais atividades.

Essa é a condição que determina o que significa ser "ser humano". Admite-se uma racionalidade inerente quando se considera o homem como um agente intencional, que tem razões e que é capaz de fazer digressões reais ou mentirosas sobre suas razões. Assim, certos termos da literatura filosófica, tais como "motivo", "razão" e "intenção", merecem um pouco mais de cuidado no seu uso, principalmente se descolarem a ação de seu contexto e da combinação espaço/tempo.

A ação humana, na TE, está para o fluxo contínuo da conduta, assim como a reflexividade está para a monitoração que os indivíduos fazem das ações de seus semelhantes, também de forma contínua e mutante. A racionalização é mais compreendida "como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência dos agentes" (Giddens, 2009, p. 4). Temos aqui um ponto crucial para que se possa entender o que a TE propõe – uma descrição adequada do tempo/espaço pode constituir uma base sólida para as práticas sociais, que são essenciais para a estruturação que parte de temporalidade histórica, e não do ser ou da estrutura.

Se a ação está para o fluxo contínuo da conduta, é possível inferir que a ação se constitui em algo diferente do que um somatório de atos fragmentados, e os atos não estão soltos no espaço, mas integram uma cadeia discursiva da atenção enquanto dura a vivência experimentada. Também não há muito sentido em descrever a "ação" do corpo na mediação com o mundo. Formula-se um "modelo de estratificação do *self*" que articula os conceitos da monitoração reflexiva, motivação da ação e racionalização como processos incrustados. A racionalização ou intencionalidade, especificamente, é uma rotina reconhecida, uma espécie de base para as competências generalizadas, que permitem avaliar outros atores.

Todavia, a TE enfrenta uma dificuldade quando tenta definir até que ponto é relevante apurar se os indivíduos escondem deliberadamente as razões de suas atividades, já que existem pontos obscuros para os próprios atores, nos meandros de suas consciências discursivas. Há uma espécie de saber ou "conhecimento mútuo", que emerge de encontros, e não está alocado

na consciência do indivíduo. É um saber prático, que alicerça as rotinas da vida social. Se há alguma linha divisória entre essa consciência prática e a consciência discursiva, ela é mutante e porosa, o que será discutido ao longo do artigo.

A TE também tenta distinguir natureza e sociedade, pois "a produção de vida social é um desempenho qualificado. As práticas sociais podem ser entendidas como procedimentos, métodos ou técnicas hábeis executados apropriadamente pelos agentes sociais" (Cohen, 1999, p. 412). Mas nem toda ação tem responsabilidade racional, e grande parte das práticas são realizadas na solidão do sujeito e sem a presença de outros indivíduos, como acontece, por exemplo, nos momentos de higiene íntima e cuidados com a aparência. É no desempenho das práticas que os recursos e as habilidades são importantes para o exercício da ação, e pode-se entender que a nossa rotina diária seja feita por práticas diárias que não necessariamente são motivadas e carregadas de consciência. O agente pode dominar a prática unicamente a partir de uma percepção tácita das habilidades e dos procedimentos, em um processo de conhecimento que pode ser ou não compartilhado.

Os conceitos de agente e de agência

Na concepção da TE, os atores exercem algum controle e conseguem regular o *continuum* de suas atividades. Mais do que isso, eles monitoram seus contextos de ação e possuem a expectativa que os demais atores ajam da mesma forma. Há, portanto, alguma compreensão por parte dos atores em relação ao ordenamento das próprias atividades, mas ela não é completa. E essa compreensão dos atores não implica no entendimento discursivo das razões de cada tópico de conduta.

Um bom exemplo é o que ocorre nas pesquisas e investigações – nem sempre se indaga porque alguém faz algo, quando se participa do conhecimento tácito, compartilhado por um dado grupo ou cultura. Também não indagamos os porquês de um ato falho, já que um engano acidental é algo aceito. Este seria uma possível indicação de que nem todas as condutas têm uma motivação clara, o que leva a pensar as condutas em distintas dimensões e camadas sobrepostas como: (i) os motivos da ação, (ii) a monitoração reflexiva, e (iii) a racionalização da ação.

As motivações da ação têm imbricação nas necessidades que a engendram, em situações pouco comuns que fogem à rotina. Os motivos estão na base dos projetos mais gerais que estabelecem certas condutas. Ainda que existam aqueles indivíduos capazes de informar discursivamente sobre intenções e razões, nem sempre os motivos são cristalinos. Na TE, é importante que se reconheça, também, a motivação inconsciente⁶ como algo

⁵ Na obra "As consequências da Modernidade", a reflexividade "é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. [...] A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim construtivamente seu caráter" (Giddens, 1991, p. 45).

⁶ Para aqueles que desejam se aprofundar nesse debate, Giddens elabora algumas críticas à noção freudiana de inconsciente.

inerente à conduta humana, para que se possa elaborar a proposta de uma consciência prática. Assim,

a noção de consciência prática é fundamental para a teoria da estruturação. É aquela característica do agente ou sujeito humano para a qual o estruturalismo tem sido particularmente cego. Mas o mesmo tem acontecido com outros tipos de pensamento objetivista. Somente na fenomenologia e na etnometodologia, dentro das tradições sociológicas, encontramos detalhados e sutis tratamentos da natureza da consciência prática. [...] Não pretendo que a distinção entre consciência discursiva e consciência prática seja rígida e impermeável (Giddens, 2009, p. 7-8).

Parece um projeto fadado ao insucesso fazer uma linha divisória tão clara entre consciência discursiva e consciência prática, quando as indistintas possibilidades de socialização e aprendizagem do agente são consideradas. As diferenças não residiriam nos dois tipos de consciência, no que o indivíduo é capaz de saber ou não, mas sim entre o que é passível de ser dito (expresso pelo indivíduo) e o que se faz (ação concreta do indivíduo). Se barreiras existem, elas estão alojadas na repressão entre a consciência discursiva e o espaço dos motivos inconscientes.

Logo, a vida cotidiana pode ser compreendida como uma sequência de ações intencionais, cujos atos podem gerar consequências impensadas. Essas consequências inusitadas podem ser reconfiguradas/modificadas, e, quando isso acontece, transmudam-se em uma outra condição, ou seja, transformam-se em condições não conhecidas para novas atitudes. O mérito da TE reside em sua proposta de decupar aspectos negligenciados na análise da ação ordinária mas que fazem parte da vida rotineira, discorrendo sobre as duas possibilidades da consciência (discursiva e prática), incorporando a socialização e o processo de aprendizagem, para que se possa discutir o que se pensa/diz e o que se faz. Nessa equação, as consequências da ação, sejam elas premeditadas ou não, são relevantes, pois reconfiguram o contexto, modificando-o.

A TE pressupõe que os atores exercem algum controle e regulação do contínuo de suas atividades, e contam com a mesma

atitude por parte de outros atores que monitoram seus contextos de ação. Há alguma compreensão por parte dos atores em relação ao ordenamento de suas atividades, e essa compreensão não implica no entendimento discursivo, das razões de todos os tópicos da conduta. São saberes distintos, e nem todos os atores tem a capacidade de explicar os porquês de suas intenções e razões.

Recapitulando, não se pergunta por que alguém faz algo quando se tem acesso ao conhecimento tácito e compartilhado de um grupo ou cultura ou para compreender atos falhos dos indivíduos. E é preciso reconhecer que nem todas as condutas têm uma motivação clara. As motivações da ação têm imbricação nas necessidades que as engendram, em situações pouco comuns que fogem à rotina. Os motivos estão na base dos projetos mais gerais que estabelecem certas condutas. Ainda que existam aqueles capazes de informar discursivamente sobre intenções e razões, nem sempre os motivos são tão claros. A TE não conceitua a agência humana a partir de suas intenções, como disposto na Figura 1.

Para ser ator, não é preciso ter a intenção de ser ator. Um erro cometido no ato intencional não anula a sua condição de agência. Quando um sujeito que elabora uma pergunta para alguém e a mesma se configura em uma gafe, tal gafe é ato do indivíduo, mesmo que não tenha sido sua intenção. Por conseguinte, a agência não pode ser confundida com a descrição das ações, e monitorar continuamente as ações não pode ser tomado como a propriedade da ação. Agência tem associação direta com a capacidade de realização, e, pode-se dizer, tem relação com o termo poder. O agente pode ser o que perpetra a ação em situações que poderiam permitir outras possibilidades de ação, e não tem a ver com a intenção.

A ação não é pontual, ela está em movimento, no fluxo, sendo monitorada reflexivamente pelo sujeito e seu corpo, e pelo que faz. Mas, se agência tem a ver com capacidade de realização, é preciso pensar na ação não intencional, como, por exemplo, propõe o próprio autor, o "efeito do acordeão":

um indivíduo aciona um interruptor para iluminar um quarto. Embora seja um ato intencional, o fato de que acender a luz



Figura 1. O conceito de agência humana refutado pela Teoria da Estruturação.
Figure 1. The concept of human agency refuted by the Theory of Structuration.

alerta um gatuno não é. Supondo que o gatuno fuja a rua abaixo, seja interceptado por um policial e, depois processado, passe um ano na cadeia para cumprir sentença por arrombamento de domicílio, tudo foi consequência não intencional do ato de acionar o interruptor da luz? Quais foram as coisas que o indivíduo fez? (Giddens, 2009, p. 11).

É necessário criar uma distinção entre o que o agente faz e o que o agente pretende, que corrobora as intenções do que se faz. Para o autor, é possível haver um somatório, uma espécie de agregado de atos, com resultados impremeditados, no qual todos e ninguém são responsáveis, e, em suas palavras, pode ser um "feito de todos e de ninguém". Vejamos o conceito intencional como o ato "que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho" (Giddens, 2009, p. 12).

O que é importante para a TE, portanto, são os atos que, intencionais ou não, resultam em eventos que ocorreram apenas por que alguém agiu de certa forma. Mas tal evento não é passível do poder de quem o perpetrou. Assim, é possível pensar na complexidade dos atos, pois um ato "aparentemente trivial pode deflagrar eventos cada vez mais distanciados dele no tempo e no espaço, e não com a premeditação ou não dessas consequências pelo perpetrador do ato original" (Giddens, 2009, p. 13).

A TE enfrenta os aspectos contingenciais, que dizem respeito às diversas variáveis que um ato só é capaz de gerar no tempo e no espaço. O senso comum recorta e classifica as consequências que um ato é capaz de gerar no tempo e no espaço em intencionais quando estão mais próximas no tempo e no espaço do ato original, deixando ao acaso os eventos mais salteados e distantes dos fenômenos não intencionais da ação ou interação. A TE resgata e dá relevância aos resultados involuntários de uma atividade intencional, pois esses resultados podem ou não ser significativos, em diferentes graus de intimidade, inserindo as consequências involuntárias em objeto de estudos sociológicos.

Essa proposição refuta a ideia de que as consequências involuntárias têm relação direta com as possíveis elaborações de modelos padronizados de irracionalidade na conduta social – essa argumentação teórica de funções latentes quer demonstrar que aquilo que é categorizado como "irracional", na verdade, torna-se mais racional à medida que se contrapõe à sua atividade de original – a atividade intencional que a deflagrou.

Na operacionalização da TE em circunstâncias empíricas, considera-se que a "influência das consequências impremeditadas pode ser analisada" (Giddens, 2009, p. 15). São sugeridas três possibilidades contextuais para a pesquisa empírica. Como primeira possibilidade, é possível fazer um recorte dos eventos e segui-los, deslocando-se no tempo até a sua origem. A segunda possibilidade é pensar em um fenômeno social que se repete, e que é o resultado final de consequências impremeditadas padronizadas, como, por exemplo, um autor que se preocupe com as consequências/atos gerados pela segregação étnica. O terceiro tipo contextual de pesquisa reside nos "mecanismos de reprodu-

ção de práticas institucionalizadas", em um ciclo de ações recorrentes e não reflexivas. Essas elaborações já permitem avançar nas conexões entre agência e poder.

A Teoria da Estruturação e a noção de poder

Como já foi elaborado anteriormente, a intencionalidade não define a agência, que é explicada por sua capacidade de realização. Logo, a agência como um *durée* da vida cotidiana tem conexão com o poder, quando se pensa nas possibilidades do agir de maneiras diferentes. E o que poderia impossibilitar esse agir está consubstanciado nas questões ligadas à coerção. O autor entende que "recursos são as facilidades ou bases de poder a que o agente tem acesso e que ele manipula para influenciar o curso da interação com os outros" (Cohen, 1999, p. 414).

O problema sociológico da coerção que imputa limites de ação ao indivíduo não pode ser confundido com a ausência total da possibilidade de ação. A TE discorda da noção de coerções, que são tomadas como forças da natureza, e defende um conceito de poder que antecede tanto a subjetividade como o que constitui a monitoração reflexiva (logo, anula uma ideia de reação), defendendo a ação que, associada ao poder, tem vocação transformadora.

A TE difere de outras teorias que compreendem o poder como intenção ou vontade, ou como algo que permite consequências desejadas. Difere, também, da compreensão do poder nas perspectivas de Foucault e Parsons, quando o poder se configura como produto social. A TE não substancializa o poder, conferindo-lhe um *status* ontológico no campo relacional que se inscreve na dualidade da estrutura. O poder, nessa concepção, tem um conceito ampliado que impregna e se transmuta em toda a ação e difere de uma conotação reducionista de "recurso". Na TE, os recursos

são propriedades estruturadas de sistemas sociais, definidos e reproduzidos por agentes dotados de capacidade cognoscitiva no decorrer da interação... Os recursos são veículos através dos quais o poder é exercido, como um elemento rotineiro de exemplificação da conduta na reprodução social (Giddens, 2009, p. 18).

Nessa formulação, o homem não é títere de instituições sociais, nem se comporta como autômato pacificado, reconhecendo-se a racionalidade da autonomia e da dependência que se estabelecem entre atores em interação. A dialética do controle explica que mesmo as relações de dependência ensejam recursos que geram influência dos subordinados para seus ascendentes.

A agência e a dualidade da estrutura

Apesar de considerar o termo "estruturação" um tanto inadequado, a TE o emprega para denominar sua proposta teórica, que completa lacunas do pensamento ortodoxo. A TE acolhe

a dualidade da estrutura, por sua capacidade de prover normas e recursos para atuação, e, igualmente, reelaborar as particularidades das estruturas que integram as instituições sociais.

Estrutura, nesse recorte, passa a ser meio e fim dos comportamentos dos agentes. O que a TE empreende não é que estrutura não seja capaz de coagir, mas sim que os "agentes, a ação e a interação são coagidos pela dimensão estrutural da realidade social, embora também a engendrem" (Giddens e Turner, 1999, p. 18). É possível, portanto, vislumbrar uma conexão entre a TE e a teoria da ação de Parsons quando ambas buscam uma ferramenta conceitual ontologicamente estabelecida para a interpretação de alguns casos empíricos. O que está no cerne da TE são três conceitos: "estrutura", "sistema" e "dualidade da estrutura".

A estrutura comumente compreendida como relações sociais ou fenômenos sociais padronizados no funcionalismo é retratada como algo distinto e à margem da ação humana, metaforicamente associada a termos fáceis de serem visualizados, tais como "esqueletos", "pilares de um edifício", etc. Vista de outra forma por estruturalistas e pós-estruturalistas, a estrutura reside na interação de presença e ausência. Na TE, a estruturação das relações sociais faz uma distinção entre "estrutura" e "sistema". São duas as dimensões das relações sociais na TE:

(a) a sintagmática, que alinha algo a alguma coisa e permite compreendê-la no tempo e no espaço, de acordo com a ideia de ação em fluxo, onde cada ato em uma cadeia tem funções diferentes, o que contextualiza a própria relação.

(b) a paradigmática, por seu caráter de substituição e não de relação/interação, que trata da reprodução das relações sociais por conta de traços em comum que permitem compreender os pontos em comum, sendo oposta à noção sintagmática.

Ora, entre compreender a estrutura, que pode ser uma matriz mutante em um dado contexto (sintagmática), e estrutura como normas que estabelecem e regem o funcionamento da matriz (paradigmática), a TE conceitua a estrutura como sendo as próprias regras, normas, ou, ainda, recursos. Na TE,

a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a "delimitação" de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma "sistêmica" (Giddens, 2009, p. 20).

Dito isso, agora é possível compreender a diferença entre propriedades estruturais e instituição na sua formulação. "Propriedades estruturais" são aquelas que estão enraizadas e possibilitam a reprodução social, e de instituições são aquelas conceituadas pelo autor como as "práticas que possuem a maior extensão espaço-temporal" (Giddens, 2009, p. 20).

A TE também se preocupa em reposicionar o conceito de regras, que, na reprodução social, podem ser contestadas.

Isso difere do que o senso comum estabelece quando se pensa nas regras que formalizam os jogos, são singulares como se não pudessem ser plurais e, também, têm caráter de imutabilidade. Assim, regras são bidimensionais, posto que se relacionam "com a constituição de significado e com o sancionamento dos modos de conduta social" (Giddens, 2009, p. 22).

Como já foi dito, discorda-se da noção ortodoxa de estrutura como algo estático, mas é preciso compreender e aceitar o caráter polissêmico do termo "estrutura", já que não se pode mudar a linguagem. Uma maçã é uma maçã e não pode, por força impositiva, passar a ser chamada de outra coisa. Talvez seja isso que levou à proposição de uma estrutura dual na TE, já que

uma das principais proposições da TE é que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade da estrutura) (Giddens, 2009, p. 22).

Na TE, a vida cotidiana absorve e, ao mesmo tempo, perpetua as instituições que integram a contemporaneidade. Assim, o hábito como constitutivo da rotina, tem relevância na TE, já que, diferente das regras, não demanda em punições quando quebrado. Assim, as regras podem coagir certas práticas, mas não podem ser sucedâneas das mesmas.

Desse modo, as regras – que são mutantes na concepção do autor – também possuem certo caráter polissêmico, e podem simbolizar alguns sentidos diferentes, tais como: (i) regras constitutivas⁷, como enunciados que permitem compreender um ato; (ii) regras como aspectos reguladores, que dizem como algo deve ser feito, explicitando o que deve ser observado, como, por exemplo, a regra imposta por uma fábrica estabelecendo o horário de entrada de seus empregados; e (iii) a força do hábito – alguém que diga que tem como regra almoçar diariamente às 12 horas está explicando um de seus hábitos, que são ações costumeiras que alguém pratica, integrando a rotina. A mudança de um hábito não incorre em uma forte sansão por outrem.

Sem descartar as possibilidades mencionadas, a regra apresenta um caráter generalizável de aplicação em diferentes contextos. As regras linguísticas, por exemplo, se encaixam nesse signo, tornando-se procedimentos metodológicos que integram a vida cotidiana. Dos quatro significados da "regra", elege-se o conceito de regra como algo que normatiza a ação e a coloca em associação direta com os "aspectos da práxis", sendo necessário que "encaremos as regras da vida social, portanto, como técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais" (Giddens, 2009, p. 25).

A discussão e a compreensão das regras é o caminho encontrado para costurar as regras e as práticas sociais. O conhecimento humano é constituído por essas regras e fórmulas que se reproduzem nas interações, onde a dimensão prática acaba sendo mais acessada do que a dimensão teórica.

⁷ O autor cita, como exemplo, as regras do xadrez, que foram criadas na gênese do próprio jogo; logo, é uma regra que explicita o próprio jogo.

As regras contribuem para que o indivíduo possa viver em sociedade, com reflexividade. A vida comum é importante, já

que muitos procedimentos aparentemente triviais seguidos na vida diária exercem uma influência mais profunda sobre a generalidade da conduta social. As demais categorias devem ser mais ou menos óbvias. A maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como prosseguir. A formulação discursiva de uma regra já é uma interpretação dela e, conforme assinalai, pode em si e de si mesma alterar a forma de sua aplicação (Giddens, 2009, p. 26-27).

Para a TE, observar as sanções que decorrem nas práticas "miúdas" da vida humana demonstra como os atores investem mais energia do que se supõe nos encontros diários. A TE considera que há certa inflexibilidade e cerceamento no que define a vida diária. É passível de observação a pronta obediência do que edifica tais interações, e as mudanças acarretam em incompreensão discursiva.

Eis a pergunta que a TE se esforça em responder – como a ação de um indivíduo afeta e reproduz as propriedades estruturais dos grupos, ou seja, as características que dão solidez no tempo e no espaço?

Pode ser que essa resposta seja encontrada no nível *mezzo*, com a maior compreensão das diversas atividades integrativas. Mas a questão precisa ser formulada, tendo em vista que "sociedade" não é sinônimo de homogeneidades coletivas, ou seja, reproduzir socialmente não é o mesmo que "solidificar" coesão social. Chama-se atenção para o posicionamento, tanto dos atores como da própria coletividade no sistema social como um fator importante que impacta a conexão das totalidades sociais. Assim, a TE retorna aos três conceitos que permitem prosseguir na sua elaboração para que seja possível explicar o teorema da dualidade na estrutura, conforme a Figura 2.

Para a TE, observar a estruturação dos sistemas possibilita analisar as maneiras como os sistemas (relações) se enraizam nas ações cognoscitivas dos atores, que se ancoram na estrutura

(regras) em seus diversos contextos, para produzir e reproduzir sistemas em interação.

O autor argumenta que só poderia falar em dualismo da estrutura se agentes e estruturas fossem variáveis independentes. Pensar estrutura como regras, recursos ou propriedades dos sistemas permitem compreender sua dupla função – estrutura é dual, pois é, "ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam" (Giddens, 2009, p. 30). Todas as metáforas que são feitas como "esqueleto" ou algo "externo" ao sujeito perdem o sentido na TE, pois não há possibilidade de isenção, distanciamento (compreendê-las como variável independente).

Também perde o sentido pensar a estrutura como a que regula a coercitividade, pois, se ela restringe e controla a estrutura, também é sua facilitadora. A estrutura, na TE, não anula as potencialidades de relações sociais, que permanecem dando espaço para as atividades humanas e ideológicas. O conhecimento humano depende mais da consciência prática do que da discursiva, e esse parece ser um ponto chave para quem investiga as práticas diárias.

Enquanto a dualidade da estrutura não for compreendida, e, até mesmo a própria estrutura não for ressignificada como propõe, as teorias sociais continuarão como pêndulos que ora se movem rumo ao funcionalismo e estruturalismo, e ora se movem para a hermenêutica e fenomenologia. Continuará definindo ora um homem sem capacidade de racionalizar a ação, e ora um indivíduo totalmente livre, que tem pleno poder para definir a vida social. Para a TE, produzir a ação permite reproduzir contextos do dia a dia na vida social, ainda que o cenário social seja de profundas transformações – uma coisa não anula a outra. O que parece paradoxal é algo possível, ou seja, a reprodução da propriedade estrutural também está permeada pela reprodução das condições da ação. Para quem deseja pesquisar as práticas e a ação, este trecho da obra é relevante:

Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente

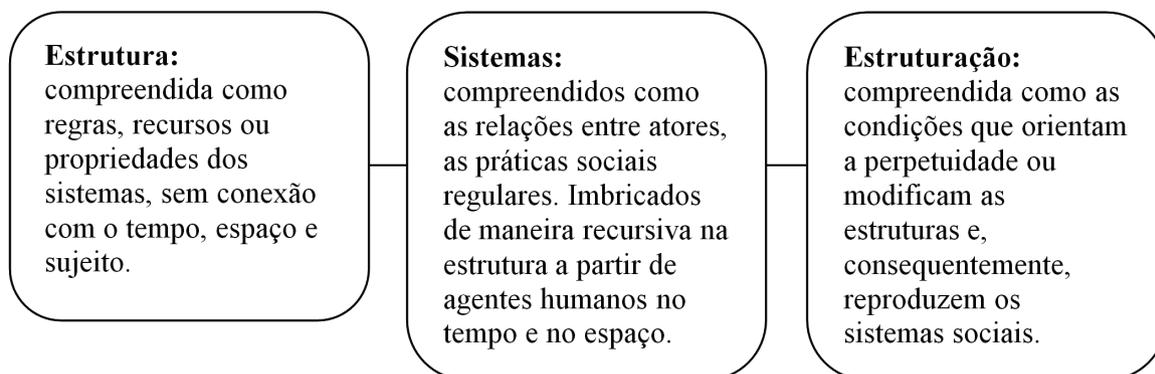


Figura 2. Os três conceitos nucleares da Teoria da Estruturação.
Figure 2. The three mains concepts of the Theory of Structuration.

desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as condições ramificadas das atividades em que estão empenhados (Giddens, 2009, p. 31).

Uma estrutura dual é meio e fim, ensejando a monitoração reflexiva e as interações dos agentes na vida social diária, ainda que a cognoscitividade humana tenha limitações e consequências inesperadas. Para quem discute a agência dos atores sociais, há um permanente risco de confusão conceitual em que pese a intencionalidade da ação e os resultados planejados de uma ação. Assim, o ato pode ter uma intenção na dimensão individualizada, mas um projeto histórico não se constrói apenas pelas consequências planejadas da ação, a história humana se ancora na direção consciente e, também, nos resultados inesperados.

Eis uma indagação interessante que é possível formular: os indivíduos têm a capacidade de fazer história? Pelo prisma da TE, responder de forma positiva à essa questão é atribuir um enorme peso à ação, tanto do próprio indivíduo como do meio. Os indivíduos monitoram as condições de reprodução do sistema social, que, como vimos anteriormente, trata das práticas nas relações entre os atores, que são imprecisas, complexas e multifacetadas. Logo, no campo das relações sociais, os laços geram situações inexplicadas, que redefinem as condições que geraram tais relações, e os laços também decorrem da atitude individual que age com o intuito de manter ou modificar o *status quo*. Para além, a integração pode ocorrer em duas esferas distintas: no nível mais individualizado (do face a face), e na dimensão desencaixada⁸ das conexões do tempo e do espaço. Pensar nas dimensões das regras (intencionais, normativas e recursivas) é pensar nas implicações de tal conceituação. Destacam-se as "modalidades" da estruturação, o que explica

as principais dimensões da dualidade da estrutura em interação, relacionando as capacidades cognoscitivas dos agentes a características estruturais (Giddens, 2009, p. 33).

Para a análise da agência em pesquisas empíricas, o que a TE propõe é crucial, já que os atores se ancoram nessas modalidades de estruturação para reproduzirem as suas práticas sociais, as relações entre atores e coletividades, e, também, as propriedades estruturais de tais sistemas interativos. Na prática, transmitir significados está amalgamado ao funcionamento de sanções normativas, como, por exemplo, o uso da linguagem apropriada no campo acadêmico, que difere da linguagem em outro espaço relacional.

A TE, portanto, dá uma boa contribuição ao trabalho de campo de quem pretende observar as práticas diárias, quando lembra que narrar um ato ou uma interação precisamente resvala na capacidade do observador de relacionar os signos aos elementos normativos e de poder. Esse é um grande desafio, que muitas vezes resulta em insatisfação e contestação dos fenômenos sociais descritos. A TE se baseia em um esquema que permite operacionalizá-la, reconhecendo a dualidade da estrutura, como propõe a Figura 3.

Tal qual a estrutura, na TE, a comunicação pode ser encaixada ou não no tempo, e, portanto, é mais perene, ampliada e não se faz somente a cada interação. Também é dual, pois se dá na extensão comunicativa, e, também, por uma definição estrutural e sistematizada dos signos. Responder pelos próprios atos, tornando-se responsável por eles, demanda posicioná-los em algum ponto entre os direitos e as obrigações, de acordo com a infinitude de contextos que se apresentam. Na prática, nem todos os deveres e obrigações normativos são, de fato, incorporados pelos indivíduos. Uma teoria da ação precisa dar

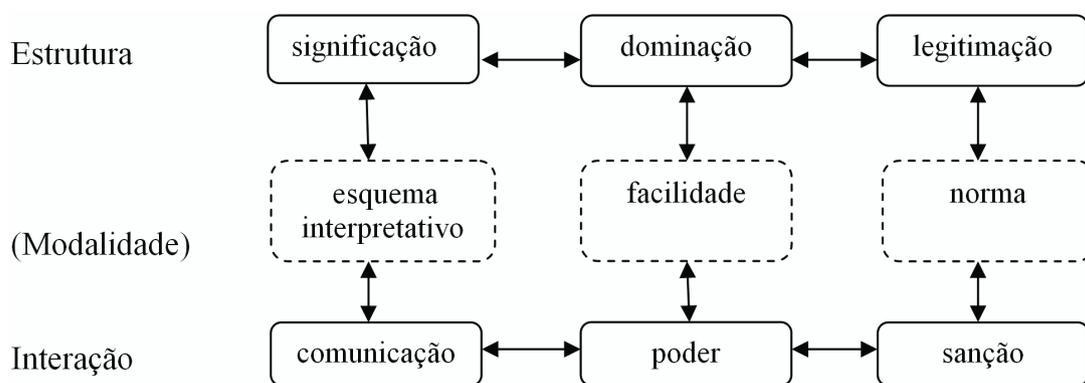


Figura 3. As dimensões da dualidade da estrutura.
Figure 3. Dimensions of the duality of the structure.

Fonte: Giddens (2009, p. 34).

⁸ O termo desencaixe é entendido como o "deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (Giddens, 1991, p. 29).

conta da racionalidade humana, da sua capacidade cognoscitiva, da sua condição possível de monitorar reflexivamente a *durée* das interações.

A TE leva à reflexão sobre a dimensão relacional a partir da noção do objeto social. Busca-se o fator determinante que define a conduta social, e os limites metodológicos por vezes levam ao equívoco de dar um peso exagerado a uma só variável, impedindo que se considere a riqueza do contexto, como observado na Figura 3. Essa "miopia analítica" pode ocorrer porque

as sanções normativas expressam assimetrias estruturais de dominação, e as relações daqueles que lhes estão sujeitos nominalmente podem ser de várias espécies diferentes de expressões dos compromissos que essas normas supostamente engendram (Giddens, 2009, p. 36).

É um tour de force teórico para que não se considere a significação dos fenômenos quando descolada da dominação e da legitimação. A significação *per se* poderia "substancializá-la", distorcendo-a e colocando-a em um universo atomizado do *self*.

Sendo assim, a TE parece repudiar a proposta de análise que "mergulha nos códigos", por distanciar a reflexão da ação em foco. Fazer algo assim seria o mesmo que ignorar a dimensão relacional dos códigos, e é nessa dimensão que os significados residem, amparando as práticas sociais. A TE enfrenta o problema da dominação e lhe confere duas possibilidades de recursos: (i) os "alocativos", que têm a ver com a capacidade de transformar, de modificar, de controlar os fenômenos; e (ii) os "autoritários", que incidem no controle dos indivíduos.

Tempo e a proposição de operacionalização teórica

Na TE, o tempo apresenta certo caráter enigmático, mas também constitui uma dimensão comum da vida diária. O tempo é a "constituição da experiência no tempo e espaço", e compre-

endê-lo é essencial para se pensar nas restrições individuais em contraste com a continuidade das interações no tempo e espaço.

O tempo, em associação com a rotina da vida cotidiana, não se configura como algo contínuo, mas como partes (dias, horas, minutos) recortadas que se alternam e se repetem, fazendo do tempo uma mera repetição. Mas não seria só isso. Pode-se dizer que o

tempo reversível das instituições é a condição e o resultado das práticas organizadas na continuidade da vida diária, a principal forma substantiva da dualidade da estrutura (Giddens, 2009, p. 42).

A temporalidade pode ser observada em três dimensões, sendo a primeira delas o que se denomina como "tempo reversível" (que se refere à duração da experiência cotidiana ou à longa duração das instituições), ou o "tempo irreversível" (que diz respeito à vida do indivíduo).

Logo, a formulação da TE se apresenta para o entendimento funcionalista, em como pensar as instituições como os edifícios fincados nas rotinas humanas, já que ambas são interconectadas, e se "auto" modelam imbricadas uma na outra. Claramente, o autor expressa o desejo de que a TE possa ser operacionalizada e testada na vida real para uso empírico, sem qualquer associação direta com as técnicas de pesquisa que estão em voga no campo científico, como a etnografia, as pesquisas quantitativas, e assim por diante. Sua proposta é outra. A TE propõe um passo-a-passo que condiz com a tarefa de investigação social e, dessa forma, ela pode se integrar às pesquisas e métodos em curso, aprimorando-os em qualquer uma das 4 dimensões propostas pela TE, conforme Figura 4.

O primeiro tópico (elucidação hermenêutica) faz parte de pesquisas sociais, contudo, a TE prevê que esse nível pode permanecer latente em algumas circunstâncias analíticas, como, por exemplo, quando pesquisadores que utilizam o método quantitativo se preocupam mais em descrever o fenômeno do que em explicá-lo. Esse tópico quer responder aos diversos "por

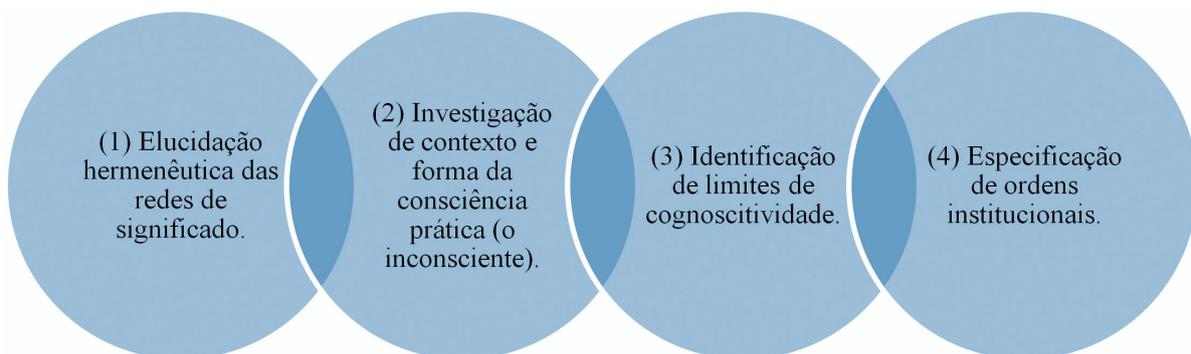


Figura 4. Dimensões investigativas da Teoria da Estruturação.

Figura 4. Dimentions of the Theory of Structuration.

Fonte: Giddens (2009, p. 386).

quês" que emanam dos diferentes significados, e, quando a pesquisa tem esse foco, a sua contribuição reside em esclarecer os motivos de ação dos agentes em seus diversos contextos. Nesse sentido, uma investigação etnográfica, que traz algumas dificuldades para que se possa generalizar seus resultados em outros contextos, poderiam ser mais generalizantes "se executados em razoável número, de modo que sua tipicidade possa ser justificadamente determinada" (Giddens, 2009, p. 387).

Compreender a consciência prática é um campo delimitado para a etnometodologia, mas os demais tipos de pesquisa compreendem essa etapa. Nessa dimensão, pretende-se elucidar o que está claro para os atores, e que eles explicitam em seus discursos.

Caso se deseje conhecer os limites da cognoscitividade, a TE preconiza que se invista no estudo de todas demais dimensões, pois, em caso contrário, a pesquisa poderá incorrer nas antigas propostas estruturalistas, ou seja, a lacuna desconhecida seria explicada como algo inerente a uma dada "estrutura".

Por fim, a preocupação com as ordens institucionais foi posta na TE de maneira provocadora, para que não se perca de vista a perspectiva de ordenações globais que interferem em decisões locais.

Interpretações finais

Vários teóricos das Ciências Sociais se preocupam com as sociedades contemporâneas e as elegem como objetos privilegiados de suas análises. Em comum, tais esforços intelectuais querem contribuir para o esclarecimento das propriedades dos processos sociais em curso. Parte das teorias exploram as crises e as rupturas, e outra parte focaliza continuidades e homogeneidades nos mais diferentes campos, como o econômico, o social ou o político. As teorias reúnem os princípios fundamentais de uma ciência para a explicação de fenômenos, e o mesmo pode ser observado com a proposição da TE. Em meio a um cenário de grandes transformações da modernidade que merecem ser contextualizadas, a TE traz à tona certos aspectos da dimensão social que não podem ser minimizados ou eliminados ante a possibilidade de mutilação analítica do objeto social. Dessa forma, a TE recupera o fato social e a realidade socialmente construída como coisa objetiva, como forma de lidar com fenômenos externos aos indivíduos no campo das relações humanas.

Com seu pilar nas rotinas da vida cotidiana, dá destaque aos aspectos não espetaculares dos fenômenos sociais, à medida que privilegia a ação produzida e reproduzida socialmente. A TE é profícua em expor os limites e as possibilidades da agência como forma de lidar com fenômenos externos aos indivíduos no campo das relações humanas. Na TE, a agência está ancorada em três possibilidades, que dizem respeito à estrutura, sistemas e formas de estruturação, que a coloca contextualizada e passível de operacionalização em dados empíricos.

A TE problematiza a rotina, a vida cotidiana, e compreende a sua importância na vida social, principalmente quando se considera a sua continuidade no tempo-espço. A vida rotineira

que se insere na vida prática, com ações repetidas de maneira idêntica periodicamente, forma o tecido vital da vida social, sustentando as próprias atividades e estruturando-a a partir da combinação de regras (estrutura), relações (sistemas) e reproduções socializadas (estruturação).

Nesse aspecto, a atenção dada às questões da cognoscitividade associadas à motivação consciente e à consciência prática amplia a qualidade da observação do fenômeno. É um alerta importante para que pesquisadores contemplem em suas análises:

(a) o caráter reflexivo dos fenômenos,

(b) especial atenção à linguagem e às faculdades cognitivas como recursos da vida social.

Observa-se a intensidade da proposta da TE em deslocar a premissa de sua teoria para a dualidade da estrutura, e não para o dualismo da estrutura, que seria a premissa da sociologia estrutural. Isso só é possível com uma nova elaboração conceitual do que vem a ser a atividade humana, e o que significa estrutura. Nessa tentativa, o conhecimento sociológico se torna interdisciplinar, flertando abertamente com outros campos de conhecimento, como a geografia e a história, por exemplo.

Apesar de bem costurada, a TE carece de dados empíricos. É preciso, portanto, testá-la, no sentido de averiguar sua capacidade de reconciliar a ação e a coletividade, pois a produção e a reprodução da vida social explicam a práxis social. As práticas sociais estão na gênese do indivíduo e do objeto social. A TE parte das elaborações da Práxis para conceituar a ação, como forma de compreender não só as origens dos esquemas sociais, mas, também, como os indivíduos usam suas potencialidades para edificar a vida social.

Em sendo verdade, haveria, de fato, uma possibilidade heurística na teoria da estruturação, quando ela sustenta e enfrenta as oposições entre "micro" e "macro", associando-as em configurações de copresença no tempo-espço, principalmente quando se problematiza a vida urbana, com os ambientes inventados das grandes cidades.

Referências

- COHEN, I.J. 1999. Teoria da estruturação e praxis social. In: A. GIDDENS; J. TURNER (orgs.), *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora Unesp, p. 393-446.
- GIDDENS, A. 2009. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 3ª ed., 458 p.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 177 p.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs). 1999. *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora Unesp, 609 p.
- OOSTERVEER, P.; GUIVANT, J.S.; SPAARGAREN, G. 2010. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: J. GUIVANT; G. SPAARGAREN; C. RIAL (org.), *Novas práticas alimentares no Mercado global*. Florianópolis, Ed. da UFSC, p. 15-57.

Submetido: 18/08/2014

Aceito: 07/01/2015